

ENCARTE ESPECIAL Nº 1
DO JORNAL DA PETROS
FUNDAÇÃO PETROBRAS
DE SEGURIDADE SOCIAL
ANO XII NÚMERO 4
ABRIL DE 2003



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
2003
QUESTIONÁRIO RESUMO

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ALOCAÇÃO

Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação entre os segmentos previstos na Resolução 2829 tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Fundação, buscando atingir ou superar a meta atuarial de rentabilidade definida. Conforme especificado na Resolução 2829, esta política de investimentos se refere à alocação dos recursos da entidade entre e em cada um dos seguintes segmentos de aplicação:

Faixas de Alocação de Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	45%	85%
Renda Variável	10%	35%
Imóveis	5%	13%
Empréstimos e Financiamentos	2%	10%

A definição da alocação de recursos nas faixas acima definidas é feita com base nas expectativas de valorização de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos. A alocação efetiva é definida na política de investimentos a ser aprovada no conselho deliberativo, com base na probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno no contexto do *portfolio* global da fundação.

Os retornos dos ativos são projetados com base em modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva de juros para os diversos instrumentos de Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (bases de dados e consultorias).

Segmento de Renda Fixa:

Os instrumentos utilizados são títulos pré-fixados: indexados ao CDI, indexados à taxa Selic e indexados a índices de inflação.

A carteira de Renda Fixa é dividida em duas categorias: Gestão Própria e Gestão Terceirizada. A Gestão Própria utiliza títulos privados ou públicos, de longo prazo, de forma a aproveitar o diferencial entre taxa de juros e meta atuarial.

A Gestão Terceirizada é ativa e tem como meta retorno desejado de 102% do CDI para fundos conservadores e de 105% do CDI para fundos moderados.

Nível de Risco Admitido e VaR:

Para obtenção do prêmio desejado, o risco máximo admitido está associado ao seguinte Valor em Risco, com confiabilidade de 95%:

Prazo	Categoria	Valor em Risco
1 dia	Conservador	0,20%
1 dia	Moderado	0,35%

Limites de Alocação

A alocação nos sub-segmentos respeita as restrições contidas na Resolução 2829.

Ativos Autorizados

No segmento de renda fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente. Entretanto, emissões de títulos privados somente poderão ser adicionadas à carteira de Gestão Terceirizada após aprovação da Fundação.

Segmento de Renda Variável:

A Fundação utiliza como *benchmarks* os índices IBOVESPA e IBX. No caso dos ativos da carteira de participações, o *benchmark* é a meta atuarial. São praticados dois tipos de gestão, ativa e passiva.

Nível de Risco Admitido e VaR:

Para obtenção do prêmio desejado, a Fundação admite o seguinte risco máximo, associado ao seguinte Valor em Risco, com confiabilidade de 95%:

Prazo	Valor em Risco
1 mês	15%

Limites de Alocação

A alocação nos subsegmentos deve seguir as restrições da Resolução 2829.

Ativos Autorizados

No segmento de renda variável, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

As operações com derivativos realizadas na carteira de renda fixa são efetuadas com o objetivo de *hedge* de posições ou alavancagem de posições até os limites legais. Está autorizada a utilização dos contratos derivativos de taxas de juros, de câmbio e de ações, e neste último caso, com perfil de renda fixa.

As operações com derivativos realizadas na carteira de renda variável deverão ser efetuadas com o objetivo de *hedge* de posições ou em operações com taxa de retorno pré-fixada.

DESCRIÇÃO DO CONTROLE DE RISCO DE CRÉDITO

Instituições Financeiras

Etapa 1: Pré-seleção de instituições financeiras

Contratamos a Consultoria de Investimentos Lopes Filho & Associados para o fornecimento trimestral dos *ratings* e dos balanços patrimoniais das instituições financeiras a serem analisadas.

Inicialmente serão selecionadas as instituições com Patrimônio acima de 1% do Patrimônio Líquido da PETROS. Posteriormente, o critério de exclusão irá considerar apenas instituições de baixo risco. Resumindo, às instituições com patrimônio inferior a 1% do PL PETROS e/ou classificação de médio ou alto risco não será concedido limite de crédito.

Etapa 2: Avaliação dos ratings da instituição financeira

Nesta etapa os bancos serão avaliados de acordo com o tamanho do seu Patrimônio Líquido em relação ao Patrimônio da PETROS, levando-se em consideração a avaliação de risco bancário elaborada pela Fundação. A tabela abaixo apresenta os limites de acordo com a combinação dos diferentes critérios, que irá resultar na formação do Limite 1 (L1).

Patrimônio líquido	Grau de risco	% Máximo do PL Inst.
≥5% do PL PETROS	Muito seguro	15%
	seguro	10%
1% - 5% do PL PETROS	Muito seguro	10%
	seguro	5%

Etapa 3: Cálculo do limite preliminar 1

O limite de crédito final (LF) de uma instituição financeira não poderá ultrapassar 1,5% do Patrimônio da PETROS. Resumindo:

- se $L(1) \geq 1,5\% \text{ PL PETROS} \Rightarrow \text{LF} = 1,5\% \text{ PL PETROS}$
- se $L(1) < 1,5\% \text{ PL PETROS} \Rightarrow \text{LF} = L(1)$

No caso de bancos com diferentes CGCs, mas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, o somatório dos limites individuais deve ser menor ou igual ao maior limite de um banco pertencente ao conglomerado.

Atualização dos limites de crédito

O prazo de vigência dos limites propostos pela metodologia será trimestral, ou seja, a atualização dos mesmos será trimestral. Os limites poderão ser reduzidos (ou até cancelados) a qualquer momento. Esta redução será motivada por um aumento da percepção do risco do banco pela equipe da Petros.

Instituições Não-Financeiras

As aquisições de títulos emitidos por instituições não-financeiras serão analisadas, caso a caso, pela Fundação. A equipe técnica emite parecer compreendendo os seguintes aspectos:

- estrutura de capitais
- liquidez
- solidez financeira
- rentabilidade
- fluxo de caixa
- capacidade de repagamento
- projeções
- análise do setor de atividade
- histórico da companhia, reputação dos administradores
- grupo econômico
- perspectivas

Em caso de relatório com recomendação positiva, caberá à Diretoria a decisão sobre a aquisição do título. Em caso de parecer negativo, a Diretoria automaticamente rejeita a aquisição do papel.

DESCRIÇÃO DO CONTROLE DE RISCO DE MERCADO

O controle de risco de mercado é feito com base nos limites de VaR estabelecidos nas diretrizes de investimento.

O VaR é calculado com base na composição atual da carteira e com base nas características históricas de risco dos ativos (variâncias e covariâncias), de forma que as volatilidades calculadas para as carteiras são prospectivas.

No caso de rompimento dos limites de VaR, ficam proibidos aumentos de exposições a risco, e é convocada reunião extraordinária com gestor para decidir se a posição geradora do rompimento do limite deverá ser reduzida, eliminada ou mantida para redução em momento mais propício.

DESCRIÇÃO DA RELAÇÃO COM A PATROCINADORA

Na avaliação dos investimentos existe uma instância de análise que é composta pela equipe técnica da Fundação e representantes das patrocinadoras. Este grupo tem, dentre outras atribuições, certificar-se de que os investimentos recomendados para aprovação da Diretoria Executiva não ferem os limites impostos pelos artigos 26-II-b, 48-II e 50 do anexo à resolução 2829.

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Metodologia para estabelecer limites de gestão

Etapa 1: Pré-seleção de Gestores

As empresas gestoras a serem consideradas para a concessão de limites deverão possuir um volume mínimo de recursos administrados para que sejam consideradas no processo de análise. Empresas gestoras com volume inferior ao limite estabelecido pela Petros serão automaticamente excluídas do processo de concessão de limites. Este volume está, a princípio, fixado em 1,5% do patrimônio da Petros. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.

Etapa 2: Limite preliminar

Nesta etapa são considerados apenas os gestores pré-qualificados na etapa 1, isto é, apenas aqueles que já administram um volume mínimo de recursos.

O limite preliminar mínimo de gestão é então estabelecido, tomando-se o menor dentre os valores, a saber:

- 30% do volume administrado, excluindo recursos da Petros;
- 5% do patrimônio da Petros.

Etapa 3: Análise de Performance, Due Diligence e Critérios Qualitativos

Os limites preliminares sugeridos na etapa 2 estão sujeitos a redução ou aumento a partir de "rating interno Petros", que representa o "grau de confiança" da Fundação em operar com cada insti-

tuição. Os limite finais a serem estabelecidos serão baseados em análise quantitativa e qualitativa que compreendem três etapas:

Etapa 3.1: Processo de Due Diligence

Nesta etapa procura-se obter informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes.

Etapa 3.2: Análise comparativa da performance dos gestores

Ao analisar a performance dos gestores precisamos separá-los em dois grupos, a saber

- gestores que já administram fundos da Petros; e
- gestores que não administram fundos da Petros.

Na primeira situação, estaremos comparando a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da Petros. A comparação entre gestores é realizada através de histórico de rentabilidade e risco, da composição das carteiras e dos regulamentos e perfis dos fundos.

No segundo caso, a análise da performance torna-se um pouco mais difícil, pois devemos comparar um grande número de fundos no mercado para tentar obter um indicador da qualidade de gestão. Qualquer medida, neste caso, é apenas uma aproximação da capacidade de gestão “real” e, portanto, os resultados desta análise deverão ser encarados dentro de um certo contexto, sem representarem um critério automático de exclusão de gestores.

Etapa 3.3: Critérios Qualitativos

Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estrutura operacional, técnica e gerencial adequadas e exibem performance considerada superior, segundo os parâmetros definidos pela equipe da Petros.

Atualização dos limites de gestão

O prazo de vigência dos limites propostos pela metodologia será trimestral, ou seja, a atualização dos mesmos será trimestral. Os limites poderão ser reduzidos (ou até cancelados) a qualquer momento, como decorrência de:

- performance insatisfatória;
- aumento da percepção do risco da empresa gestora pela equipe da Petros;
- descumprimento do mandato concedido pela Petros para administração de fundos.

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CORRETORAS

A Fundação instituiu grupo técnico responsável pelo estabelecimento e acompanhamento dos critérios de seleção de corretoras de valores mobiliários. Foram elaborados critérios eliminatórios e classificatórios, listados a seguir.

- 1) Volume financeiro mensal total transacionado, em valores absolutos e em proporção ao mercado, no último ano (eliminatório);
- 2) Existência de operadores autônomos (eliminatório);
- 3) Taxa de devolução de corretagem mínima (eliminatório);
- 4) Contatos telefônicos entre operadores gravados (eliminatório);
- 5) Qualidade do Equity Research;

- 6) Qualidade do Macro Research;
- 7) Qualidade do serviço prestado;
- 8) Posse de certificado de qualidade (ISO, etc).

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO DE GESTÃO, CUSTÓDIA E CONTROLADORIA FIDUCIÁRIA

Centralização de Custódia

O processo de centralização da custódia buscou dar maior transparência à Custódia e Liquidação Financeira dos Títulos da Fundação, melhorando a qualidade dos controles e da informação disponibilizada à Fundação.

No processo de escolha do custodiante foram adotados os seguintes critérios de avaliação:

- 1) Análise de Risco das Instituições;
- 2) Volume de Recursos Custodiados;
- 3) Abrangência dos Escopos das Propostas;
- 4) Automação / Tecnologia nos Processos de Liquidação Financeira e Custódia dos Títulos;
- 5) Processo de apuração das cotas dos Fundos;
- 6) Relacionamento Instituição x Petros;
- 7) Custo do Serviço.

Controladoria Fiduciária

O objetivo básico dos serviços de Controladoria Fiduciária é haver uma instituição independente que possa verificar a consistência das operações de investimentos da Fundação em relação à legislação, às regras internas e às melhores práticas de mercado, entendendo como tal, a precificação correta dos ativos objeto da negociação. A forma encontrada para que essa consistência seja garantida será instaurar mecanismos de monitoramento que permitam ao Controlador Fiduciário identificar e impedir a liquidação financeira de operações fora dos parâmetros estabelecidos. Em caso de falhas por parte do Controlador Fiduciário, que impliquem em prejuízos ou custos para a Petros, ele deverá ressarcir prontamente tais custos.

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O AUDITOR INDEPENDENTE

A escolha do auditor independente baseia-se na capacitação técnica, carteira de clientes, tradição em auditoria, qualidade e comprometimento no cumprimento das normas e prazos dos trabalhos exigidos de acordo com a legislação vigente.

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONSULTORIAS

A escolha de consultorias externas baseia-se em critérios como atividades com foco no Investidor Institucional, capacitação técnica, carteira de clientes, tradição, qualidade, ausência de conflito de interesses entre os serviços, clareza das informações prestadas e comprometimento no cumprimento das normas e prazos dos trabalhos exigidos de acordo com a legislação. Os trabalhos contratados são os de monitoramento dos investimentos, política de investimentos e outros que se julgarem necessários para analisar o desempenho dos investimentos.